

# A ação política no pensamento de Charles Tilly: estrutura, processo, confronto e performance

Daniela Mussi<sup>1</sup>

## Apresentação

A natureza da ação política e sua relação com a estrutura social é um dos principais dilemas do pensamento e da pesquisa das ciências sociais contemporâneas. Para enfrentá-lo, a ciência social praticada após a II Guerra Mundial se debruçou sobre os problemas decorrentes da crise das chamadas “grandes” interpretações e narrativas científicas a respeito das ações humanas. Na ciência social norte-americana dos anos 1950, entrava em crise a tríade predominante formada por Talcott Parsons, Paul Lazarsfeld e Robert Merton, que juntos cristalizavam a oposição hegemônica entre *teoricismo* e *empiricismo*, com o *cientificismo* como uma forma de mediação (EMIRBAYER, 2010, p. 401; ALEXANDER, 1999). Em comum, essas abordagens tinham o pressuposto de que as ciências sociais deveriam encontrar seu método e orientação epistemológica em um lugar exterior a si mesma e que esta seria a única forma de encontrar explicações generalizantes para o problema da ação social, fosse por meio da dedução sistêmica, fosse por meio da indução quantitativa.

No ambiente intelectual do pós-guerra, estes pressupostos passaram a ser progressivamente questionados, bem como a forma de pensar as práticas sociais, seu sujeito e objeto. A pesquisa sobre a ação política até então

praticada oscilava entre os argumentos rígidos e integracionistas de noções como função e papel social; e o psicologismo abstrato das interpretações comportamentalistas, enraizadas na pesquisa empírica sobre a ação dos indivíduos. Se, na Europa, a primeira grande expressão de enfrentamento no interior da sociologia com esses sentidos comuns cristalizados no meio acadêmico emergiu das pesquisas levadas à cabo por Pierre Bourdieu e o problema das condições em que se dá a reprodução social, nos Estados Unidos esta se desenvolveu em muitas fases por meio do trabalho de Charles Tilly e seus colaboradores sobre a ação política.

Autor de mais de 600 artigos e 51 livros ao longo de mais de 50 anos de atividade como pesquisador, Tilly (sozinho ou em colaboração com outros) enfrentou de maneira permanente o problema das formas de ação e sua relação com os grandes processos de mudança econômica, urbana e demográfica em diferentes contextos (CALLEJA, 2016, p. 32). Para isso, lançou mão de uma abordagem histórica, institucional e relacional, na qual as mudanças de época e a ação política poderiam ser tomadas de maneira combinada e em perspectiva. A trajetória intelectual de Tilly foi marcada, ainda: pela constante atenção com os procedimentos de análise; pelos esforços para sistematizar prodigiosas bases de dados históricos e empíricos; pela

---

1 Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-doutoranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP). Autora de *Política e literatura: Antonio Gramsci e a crítica italiana* (São Paulo: Alameda, 2014). danixhm@gmail.com.

importância que sempre deu ao criticismo, comentário e síntese; e por um engajamento com o problema da democracia e a situação das minorias (Ibid., p. 35).

Difícilmente encontramos em Tilly a referência simples à “ação social”, termo herdado das abordagens sociológicas predominantes até então. Para Tilly, as intenções dos indivíduos não existem *a priori*, mas se formam na interação coletiva e por este motivo o recurso às “formas de ação” é muito mais frequente. Ao longo de sua trajetória, Tilly chegaria à conclusão de que, para resolver o clássico problema da teoria da ação social, seria necessário sair da análise da consciência dos atores, própria da teoria comportamentalista, bem como da noção abstrata de ação social como “função” de determinada divisão do trabalho, contida na teoria parsoniana. Sua resposta a esse problema foi tratar das relações entre os atores e seus entendimentos compartilhados, ou seja, estudar a interação social entre os atores e seus constrangimentos (culturais, jurídicos etc.). Na concepção de Tilly, as ações rotineiras (tais como produção, reprodução, troca e consumo) formam redes múltiplas e duráveis de relações sociais, e estas servem como base para interações coletivas e se manifestam na ação política. Assim, a noção de ação social se refere à base relacional das ações coletivas e é, quase sempre, subentendida em seu interior (TILLY, 2016).

Em dezembro de 2010, dois anos após sua morte, a importante revista *The American Sociologist* publicou um número especial com o título “Relembrando Charles Tilly”, a partir de um painel realizado em 2009 na conferência da *Associação de História das Ciências Sociais* com o título significativo de “Agência e ação”, e que discutiu o problema da estrutura, do processo e da *contentious politics* na pesquisa sociológica (KOLLER, 2010, p. 308). Nessa conferência, foi bastante destacado trabalho mais tardio de Tilly e, em alguns casos, sua

“guinada pragmática” no sentido de uma pesquisa sobre a ação informada pelo universo da interação entre indivíduos ao invés das teorias sociológicas tradicionais, marxistas e funcionalistas. Apesar dessa ênfase retrospectiva, parece fundamental destacar o movimento intelectual de Tilly ao longo do tempo e sua contribuição original em cada um dos seus diferentes momentos para o problema da ação política. A contribuição de Tilly compreende ao menos quatro formulações distintas – ainda que não necessariamente excludentes – a respeito da natureza da ação, com implicações decisivas para seu modelo analítico: a ação como estrutura, como processo, como confronto e como performance.

No Brasil, a presença dos conceitos e ferramentas analíticas de Tilly para o estudo da ação política é parte daquilo que Bringel chamou de “diálogo póstumo” dos/as cientistas sociais brasileiros/as com este autor (BRINGEL, 2012, p. 43). Apesar da entrada “indireta, tardia e parcial” de suas ideias por aqui a partir de meados dos anos 1990, foi apenas na segunda metade da década de 2000 que a presença de seus conceitos e ferramentas de pesquisa cresceu (Ibid., p. 43-44). Além das hipóteses levantadas por Bringel para esta recepção tardia – ligada às hegemonias epistemológicas e empíricas das ciências sociais brasileiras até então – é importante mencionar a emergência de um ciclo recente de estudos sobre ação política e movimentos sociais no Brasil. Trata-se de uma geração de pesquisadoras/es descontentes com as interpretações centradas na oposição entre Estado e sociedade civil e dispostos a aproximar a prática empírica e a teoria sobre ação, tomada agora em perspectiva histórica e processual (ALONSO, 2009, p. 59). Não por acaso, as ideias de Tilly foram recepcionadas e mais fortemente discutidas por intelectuais que adotaram a perspectiva histórica (ALONSO, 2015), global (BRINGEL, 2011; BRINGEL;

GOHN, 2012) ou estão inseridos no campo de estudos sobre os movimentos sociais e ciclos de protestos brasileiros mais contemporâneos (TATAGIBA, 2011, 2014; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

Neste sentido, nas próximas seções o artigo se dedicará a apresentar as diferentes elaborações que Tilly ofereceu ao longo de sua trajetória intelectual para pensar a ação política, considerando-as em diferentes momentos e inflexões, bem como as implicações destas para sucessivas reformas de sua agenda de pesquisa empírica e teórica sobre este tema. Em seguida, discute algumas das formas como estas formulações teóricas e analíticas foram recepcionadas por cientistas sociais brasileiros no contexto recente de crescimento do recurso às ideias de Tilly para pensar a ação política no Brasil.

### **A ação como estrutura**

Tilly começou sua carreira nos anos 1950 e defendeu seu doutorado em 1958, no Departamento de Relações Sociais de Harvard, com uma pesquisa em documentos de arquivo e fontes primárias impressas com o tema *O plano de fundo social da rebelião de 1793 no Sul de Anjou*. Durante os anos de pesquisa (e dois de redação da tese), Tilly viajou para a França para pesquisar as revoltas contrarrevolucionárias na região de Anjou e, em 1964, publicou o livro *The Vendée* [A Vandéia], como resultado do trabalho.

Nessa pesquisa, Tilly aliou a narrativa sobre a insurreição camponesa de 1793 à análise das

particularidades da demografia e estrutura social das comunidades rurais, bem como estudou a questão religiosa, o desenvolvimento das economias rurais e os processos de modernização política e administrativa na região nos 50 anos que antecederam a Revolução Francesa. (LATORRE-CATALÁN; ROMERO, 2016, p. 130).

Pesquisou, ainda, o impacto da religião no contexto imediatamente anterior ao início da revolução, bem como os efeitos econômicos e políticos imediatos (1793-1797) das revoltas na região ao Sul do Loire.

A insurreição de Vendée irrompeu em março de 1793 com uma revolta popular contra o alistamento obrigatório imposto pela Convenção na pequena cidade de Cholet, região de Mauges, ao sul do rio Loire no Oeste da França. A revolta rapidamente se espalhou para Poitiers e Tours. Os camponeses de Vendée rejeitavam o alistamento obrigatório, uma reminiscência da forma monárquica de lidar com as questões civis. As revoltas venceram as primeiras tentativas de repressão pelo exército e se espalharam na região. Depois de uma aguda crise, que chegou a Paris e terminou com a queda dos girondinos, em dezembro de 1793 foi cumprida a ordem de “destruição total” e desertificação de Vendée e seus habitantes, um massacre que resultou na morte de dez mil pessoas.

Na historiografia predominante até o fim da II Guerra Mundial, as revoltas de Vendée eram vistas como reação dos camponeses que apoiavam o antigo regime e marchavam sob as bandeiras de Deus e do rei, que eram manipulados por padres revoltosos e reacionários ou por nobres oportunistas; vistas como resultado da cultura camponesa de rejeição à urbanidade, cultura egoísta e de recusa ao patriotismo; ou, ainda, como revoltas de fanáticos cuja miopia os impedia de compreender os benefícios da liberdade e da igualdade trazidos pela revolução (Ibid., p. 137).

Quando realizou sua pesquisa, Charles Tilly era, em certa medida, herdeiro dessa forma de narrativa sobre a Revolução Francesa, muito comum nos meios marxistas e progressistas da época. Além disso (ou também por isso), seu enfoque na pesquisa empírica não distinguia estrutura e ação política e orientava sua análise para as tendências mais gerais do

processo econômico. Em sua interpretação, Tilly opunha a “revolução da prosperidade” trazida pelos burgueses e cidadãos urbanos à “revolução da pobreza”, que encerrava ação dos camponeses pobres. Somado a isso, a revolta de Vendée era pensada como confrontação pelas forças do Antigo Regime contra a Revolução Francesa, como reação do campo atrasado contra a cidade moderna. Em suas conclusões da tese, Tilly afirmou que, na análise da revolta, as áreas com maior nível de urbanização haviam sido também as que apoiaram a revolução.

No entanto, nos anos de revisão para a publicação da tese, mudanças significativas foram feitas no texto, ampliando sua ambiguidade interna e inserindo uma argumentação nova (TILLY, 1964). Na tese, Tilly compartilhava uma concepção da ação social fortemente embasada nas teorias da modernização, o que o fazia elaborar a ação política dos camponeses como reação antagonista à modernidade e estruturalmente enraizada em mentalidades rurais religiosas. No livro, porém, o sociólogo incorporou uma perspectiva nova que se converteria no argumento teórico e analítico sobre ação social e coletiva de quase toda sua produção acadêmica posterior (SEWELL JUNIOR, 2008)<sup>2</sup>.

Na revisão da tese, Tilly procurou se afastar das teorias da modernização questionando a ideia de que o desenvolvimento deveria caminhar do “tradicional” para o “moderno” (LATORRE-CATALÁN; ROMERO, 2016, p. 133; MONSMA, 1996, p. 15-16). Isso se baseou na percepção de que, na revolta de Vendée, certas áreas com níveis baixos de urbanização não se opuseram à Revolução Francesa como a historiografia tradicional afirmava. Na

verdade, Tilly notou que o descontentamento aparecia nos lugares onde, antes da revolução, o desenvolvimento econômico fora rápido, mas depois, em 1789, se desacelerara em virtude das condições socioeconômicas próprias do processo revolucionário. Mais precisamente, as regiões onde o urbano e o rural coexistiam eram as que rejeitavam a contrarrevolução (LATORRE-CATALÁN; ROMERO, 2016, p. 139). A conclusão era bastante instigante e abria um novo ponto de vista sobre a ação social e coletiva: a insurreição não fora resultado da oposição entre cidade e campo, mas se dera em um contexto da proximidade e sobreposição destes dois universos. Por esse motivo, na revisão do livro, Tilly passou a considerar os protestos de Vendée de um ponto de vista especial, como manifestação “antiburguesa, anticapitalista, anti-estatal” (TILLY, 1975, p. 1-2), como um traço marcante e limiar “da emergência dos Estados nacionais, dos mercados e da propriedade burguesa” (Ibid.).

Notar as mudanças da revisão é significativo para perceber o movimento de distinção entre estrutura e ação realizado por Tilly na segunda versão do texto e que conferiu complexidade ao conceito de ação política. A ação dos camponeses, na tese, estava subordinada ao que Tilly chamara de “pano de fundo social”, este sim o centro determinante da investigação. O processo de urbanização que antecederia a Revolução Francesa explicava de maneira unilateral os desdobramentos políticos das revoltas de 1793. A estrutura da ação social determinava mecanicamente a dinâmica da ação política. No livro, é possível perceber a preocupação de Tilly em conferir alguma autonomia explicativa à ação política camponesa em relação à estrutura social mais

2 O livro *The Vendée*, nesse sentido, pode ser associado ao novo movimento de pesquisas históricas sobre a história das classes populares que emergia, ao lado de E. P. Thompson com seu *The making of the English working class* [A formação da classe trabalhadora], de 1963, e *Poverty and progress* [Pobreza e progresso], de Stephan Thernstrom, de 1964 (SEWELL JUNIOR, 2008, p. 2).

geral e sincrônica afetada pela revolução. Apesar disso, o peso da análise estrutural se manteve no livro, sendo que de seus treze capítulos, apenas um foi dedicado à análise da dinâmica da ação política na revolta de Vandée, ou seja, à *narrativa* histórica da revolta popular (LATORRE-CATALÁN; ROMERO, 2016, p. 132).

As mudanças feitas por Tilly na revisão da tese sobre a análise da ação política camponesa podem ser explicadas por sua aproximação, neste período, com um movimento de renovação da sociologia histórica nos Estados Unidos que incluiu pesquisadores como Barrington Moore Jr., Reinhard Bendix, Seymour M. Lipset e Theda Skocpol (ALONSO; GUIMARÃES, 2004, p. 290-291). Em comum, estes intelectuais pesquisavam os sujeitos históricos, além de cultivar certa inclinação para questões teóricas “regionais” e uma visão crítica da teoria da modernização. Assim como Tilly, eles eram influenciados pelos temas relacionados à economia, pela historiografia da *Escola dos Annales* (Fernand Braudel, Marc Bloch etc.) e pela tentativa de resgatar o pensamento de Karl Marx e o problema político das classes sociais como uma referência para a pesquisa.

Tilly, porém, se distanciaria desta abordagem a partir dos anos 1970 e daria início a uma jornada de elaboração mais operativa a respeito da ação política e de sua difícil e tortuosa relação com a estrutura social. Em sua opinião, mesmo os novíssimos sociólogos históricos não produziam conhecimento suficientemente convincente sobre “os segredos da ação”, apesar da volumosa quantidade de pesquisas sobre a estrutura das comunidades rurais, a produção camponesa, sua relação com

o mercado e o fardo das cobranças senhoriais e a pobreza rural (LATORRE-CATALÁN; ROMERO, 2016, p. 135). Faltava a eles um tipo de estudo mais próximo e mais sensível à dinâmica própria da ação política.

A relação ambivalente no tratamento do problema da ação permaneceu no livro sobre a revolta de Vandée como tensão resultante da abordagem teórica que conciliava a análise da ação política – ou seja, da capacidade criativa e organizacional dos indivíduos que buscam um interesse comum – e as estruturas majoritárias que deveriam definir e delimitar os meios e fins da ação social dos indivíduos (Ibid., p. 135). Na pesquisa inicial de Tilly, a tensão entre ação e estrutura permitia a crítica ao determinismo implícito nas teorias da modernização, mas, por outro lado, impunha reiteradas formas de “camuflagem terminológica” sobre categorias (revolta ao invés de rebelião) que, do ponto de vista analítico, mantinham um viés economicista.<sup>3</sup>

### **Ação como processo**

No início dos anos 1970, Tilly tomou partido ao lado dos intelectuais que estavam envolvidos ou eram simpáticos aos movimentos progressistas de lutas por direitos civis nos Estados Unidos. O contato com estas dinâmicas de ação política foi fundamental para que esta geração de pesquisadores, da qual faziam parte também Doug McAdam e Sidney Tarrow, defendesse a elaboração de novas perspectivas de estudo sobre a ação política com destaque para estes movimentos dos direitos civis, perspectivas que enfatizassem sua dimensão política e organizacional.

---

3 Esta fragilidade daria margem para críticas substantivas a respeito da permanência de certo “determinismo” no trabalho de Tilly, como bem aponta Bringel (2012). Até por este motivo é fundamental considerar os modelos analíticos propostos por Tilly em perspectiva, como tentativas sucessivas de superar o problema do determinismo sem abandonar os elementos estruturais e estruturantes da ação.

Este foi o contexto em que se desenvolveu o modelo do processo político, sintetizado por Tilly, em 1978, no livro *From mobilization to revolution* (MCADAM; TARROW, 2016, p. 169). Neste, apareceu a rejeição da ideia de leis gerais do desenvolvimento ou dos modelos gerais atemporais, que Tilly substituiu pela ideia de “processos de grande mudança em épocas históricas particulares”. O objetivo, aqui, era apresentar um modelo que pudesse conectar de maneira orgânica os grandes processos epocais de mudança e a ação política em tempos e espaços particulares. Se pudéssemos simplificar o modelo teórico proposto, seria possível dizer que a economia e os processos de grande mudança compunham a dimensão sociológica, enquanto a política e a ação faziam parte da dimensão histórica no interior da pesquisa. No esforço de conjugar sociologia e história para a análise da ação no interior do processo social, a ideia de modernização cedia espaço para categorias mensuráveis específicas, como urbanização e industrialização, analisadas em seus efeitos contraditórios sobre a ação social e coletiva.

Na elaboração do modelo do processo político, Tilly procurou a plasticidade e o dinamismo que faltavam em suas pesquisas anteriores na interpretação da ação política em situações de distintos níveis de desenvolvimento socioeconômico, urbanização e conflito. Seu objetivo era propor um modelo operativo e não substantivo da ação e, para isso, procurou identificar os componentes básicos que poderiam ser encontrados em qualquer ação de grupo. Aqui, a ação política é aquela levada a cabo por um grupo de pessoas que podem ser identificadas por seus interesses, organizações, mobilizações e oportunidades (entendida como estrutura política de oportunidade). São propostos como elementos básicos de análise: os diferentes tipos de mobilização (defensiva/ofensiva; proativa/reactiva); os padrões de comunicação e recrutamento de coletivos; os

rachas, as continuidades e descontinuidades nas linhas de estrutura interna e externa da ação; as sinergias e desentendimentos entre os atores em competição no sistema político; e os repertórios de ações usadas (FUNES, 2016, p. 20).

Foi neste período que Tilly formulou pela primeira vez – mais especificamente entre 1976 e 1977 (ALONSO, 2012, p. 22; BRINGEL, 2012, p. 46) – a noção de “repertório”, entendido inicialmente como técnicas ou ferramentas (“meios definidos de ação coletiva”) de que os atores coletivos lançam mão. O significado desse conceito seria em seguida ampliado e identificado como “eminentemente cultural”, comparado ao papel da língua e da linguagem nas relações sociais (ALONSO, 2012, p. 23). O conceito de repertório seria central na elaboração desse período e foi por meio dele que Tilly imprimiu, a partir dos anos 1980, uma nova orientação ao modelo do processo político para análise da ação política (MONSMA, 1996, p. 20). Uma orientação preocupada em evidenciar a relação de *extensão* existente entre ação e instituições, assim como entre movimentos sociais e elites (ALONSO, 2009, p. 58).

### **Ação como confronto**

No modelo do processo político, as ações políticas, tomadas como totalidade de interações, poderiam ser estudadas de maneira mais compreensiva. Tilly propôs uma forma de análise relacional que concebia a ação como resultado de decisões racionais ao longo do tempo. Isso, em sua opinião, não implicava uma teoria economicista do comportamento racional, pois não pressupunha toda ação como fundamentalmente calculada, desejada, realizável ou eficaz. O que o modelo propunha era é assumir, provisoriamente, alguma coerência entre interesses, organizações, crenças comparilhadas, ações e atores (FUNES, 2016, p. 20).

A racionalidade era entendida como “aplicada à configuração da ação coletiva”, ou seja, como definição subjetiva que os atores elaboram em determinada situação e que possui coerência interna.

Apesar dessa resposta para o problema da racionalidade, permanecia a questão de como definir quando uma ação política é racional, coerente ou eficaz, e quando não é. Diante desse impasse, a noção de repertório passou a ganhar mais centralidade no modelo de Tilly, significando não apenas um conjunto específico e técnico de ações disponíveis aos atores, mas todo o conjunto de recursos materiais, cognitivos e institucionais existentes em um ciclo de ações políticas (MONSMA, 1996, p. 20). A ampliação do conceito de repertório expressou, assim, uma guinada consciente do modelo no sentido de uma abordagem para pensar ação política de um ponto de vista cultural e institucional: a ação é movida por “entendimentos e representações compartilhados em símbolos, objetos e práticas que tanto constroem a ação coletiva como se transformam no processo de interação” (KOLLER, 2010, p. 308)<sup>4</sup>.

Essa reelaboração a partir dos anos 1980 e início dos 1990 pode ser compreendida, ainda, pela aproximação de Tilly de um conjunto de cientistas sociais que pretendia então superar o marxismo mecanicista ao colocar a ênfase analítica na cultura e interpretação. Estes recuperavam, ainda, a ideia weberiana do Estado como um ator que luta por seus próprios interesses e direitos e a centralidade do conflito para a análise (MONSMA, 1996, p. 15). Essa abordagem, chamada por sociologia histórica, ganharia repercussão na publicação da coletânea *Bringing the State back in* [Trazer de

volta o Estado], de 1985, organizada por Peter Evans, Theda Skocpol e Dietrich Rueschemeyer, para a qual Tilly contribuiu com um artigo (MONSMA, 1996, p. 24).

Nesse novo momento, Tilly incorporou na análise da ação política desenvolvida nos anos 1970 uma dimensão coercitiva, ou de força “invisível”, que emerge das crenças, costumes, perspectivas de mundo, direitos, obrigações e que exercia pressão efetiva sobre os interesses e as formas organização, mobilização e repressão (CALLEJA, 2016, p. 35; MONSMA, 1996, p. 22). No começo dos anos 1990, a racionalidade dos atores e a coerção “invisível” passaram a compor um binômio para interpretação da ação em perspectiva histórica e institucional. Isto se evidencia na publicação de *Coerção, capital e Estados europeus* (1996), em que Tilly desenvolveu a ideia geral de que, no processo de sua formação, os Estados nacionais passam a substituir o recurso à violência física pelo recurso à “lógica capitalista de força” (capital) como repertório da ação política e solução dos conflitos. A partir daí, os processos de ação, em cada contexto histórico, poderiam ser pensados a partir da ideia de trajetória de dependência institucional, ou seja, de sua absorção e cristalização nas instituições, processos de renovação do padrão cultural, normativo e jurídico que arbitra e constrange os atores.

Nos 1990, o interesse de Tilly se voltou para a formação dos Estados-nação e para os grandes processos políticos das revoluções. Ao contrário de algumas abordagens neoinstitucionalistas, porém, Tilly manteve a ação política (e, em sua base, a ação social) como núcleo central destes grandes processos. Surgia, aos poucos, a ideia da “política do confronto” [*contentious politics*], conceito com o qual o

<sup>4</sup> Alonso (2012) nota essa transformação no conceito de repertório nos anos 1990, que passa a ser entendido como repertório “do confronto”, das formas de ação acessíveis a atores diferentes e mesmo contraditórios, bem como formas de “constrangimento”, “estrutural e estruturante”, da ação política.

autor buscou unir a análise da ação política à análise dos processos políticos nas instituições.

Em seu estudo sobre as revoluções, *European Revolutions* (1993), Tilly definiu as revoluções como: a) processo de transferência forçada do poder de Estado no curso da qual ao menos dois blocos distintos de antagonistas fazem exigências incompatíveis entre si para controlar o Estado; b) nesse processo, uma parte significativa da população sujeita à jurisdição do Estado apoia as exigências de cada bloco. Tratava-se de uma definição político-institucional. Tilly caracterizou os processos revolucionários em uma perspectiva teórica e metodológica que os aproximava, por definição, de outros tipos de ação política, tal como conflitos, revoltas, guerras etc. (FUNES, 2016, p. 21). Essa relação de extensão foi fundamental para a proposição de uma abordagem integrada da ação e do processo de formação institucional ao longo do tempo. Em outras palavras, uma abordagem que não distingue sociedade civil de Estado (ou Estado-nacional), racionalidade de repertório. Nesse sentido, uma visão que rejeita a oposição sociedade *versus* Estado e, como consequência, abandona o uso – muito comum entre os cientistas sociais – do conceito de sociedade civil (MONSMA, 1996, p. 18).

Essa elaboração ganharia contornos de síntese e de agenda de pesquisa colaborativa no artigo publicado com Doug McAdam e Sidney Tarrow, “Para mapear o confronto político” (2009), onde estes apresentaram a perspectiva da *contentious politics*. A ideia era agregar o grande volume de pesquisas feitas de pontos de vistas diferentes (históricos, teóricos, Estadocêntrico, sobre violência) e sobre objetos empíricos distintos (confrontos de grupos, confrontos de indivíduos e confrontos da política institucional). A proposta continha algumas ideias gerais para o estudo das diferentes formas de ação política, pensadas como interação que combina demandas dirigidas

aos que detém o poder e demonstrações públicas de mobilização, merecimento, unidade e comprometimento dos atores mobilizados. O que diferenciaria essas formas de ação, por sua vez, seria o número de atores mobilizados e a intensidade do conflito, mas sem que esta relação seja linear. Assemelhar-se-ia mais a uma curva ou, nos termos de Tilly, McAdam e Tarrow, a um ciclo (ao final do qual podem surgir formas violentas de ação sem que estas representem um número progressivo de mobilização numérica).

Em todo caso, qualquer que fosse a ação política iniciada, seria possível identificar em seu repertório o funcionamento de duas lógicas que estão sempre em tensão criativa: a *instrumental* e a *expressiva*. A lógica instrumental diz respeito ao processo de inovação que todo ciclo de ação política contém e que é vital para sua emergência e eficácia. Esta é comum nos estágios iniciais dos ciclos de ação. A lógica expressiva, por sua vez, diz respeito à permanência dos repertórios convencionais ao longo do tempo e ao processo de absorção e normalização dos repertórios inovadores que ocorre em todo ciclo de ação.

Nesse esforço de mapeamento e síntese da *contentious politics*, além disso, apareceu a ideia de que não existe descontinuidade entre ação social e política institucional; de que não existem atores ou grupos sociais inerentemente orientados ou bloqueados para ação; que não existem repertórios inerentes a um tipo de ação ou outro; e de que diferentes formas de ação (movimentos sociais, partidos, grupos de pressão etc.) podem usar a estratégia de se diferenciar para competir, mas que também podem tentar ocupar o mesmo espaço (ou seja, podem mudar de “face”).

## A ação como performance

Até o final dos anos 1990, Tilly combinou a análise da ação ao argumento mais geral de

que a dimensão de incorporação e absorção institucional da *contentious politics* se afirmava como tendência histórica predominante e característica da modernidade. Pode-se dizer, portanto, que Tilly sustentou uma ideia específica de modernidade ou modernização como pano de fundo de sua abordagem, revisada profundamente para dar conta das relações complexas entre ação e estrutura social, transitando da abordagem econômica para a cultural, integrando a ação social no interior da ação política e afirmando esta como núcleo da formação das instituições, do Estado e do desenvolvimento histórico das nações.

Essa mudança ganharia reforço teórico e analítico com a publicação de *Dynamics of contention* [Dinâmicas do confronto], publicado em 2001 em colaboração com Tarrow e McAdam. Neste, Tilly e seus colegas procuraram oferecer contornos abrangentes para o estudo de processos e mecanismos causais contidos em dinâmicas conflituosas diversas – guerras, movimentos sociais, revoluções, greves etc. – por meio da comparação de episódios históricos distintos em lugares diferentes. A questão básica que organizava a pesquisa era: “Sob quais condições um povo normalmente apático, terrificado ou desorganizado irrompe nas ruas, destrói ferramentas ou monta barricadas?” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2004, p. 38).

Aqui, a maneira de encarar o confronto deslocou profundamente as noções tradicionais de “estrutura” e mesmo de “processo”. A ação passava a ser pensada como “processo dinâmico” no qual “novos atores políticos, identidades e formas de ação” “interagem, coalescem e evoluem durante episódios complexos de confronto” (Ibid., p. 38). O processo não aparece como ponto de partida estabelecido *a priori* por uma teoria do político, mas como resultante de um “longo e árduo caminho” para o qual confluem uma série de “etapas incrementais” (Ibid., p. 38).

O fato desses autores encararem o confronto como noção dinâmica e elástica é outro aspecto importante desta elaboração. Diferente das abordagens mais tradicionais para o estudo da ação coletiva, existe o esforço de não separar as revoluções das demais formas de política do confronto (Ibid., p. 4). Como consequência, esta passa a ser diferenciada internamente entre “contida” e “transgressora”, sempre em relação à configuração institucional e política na qual a ação emerge. Para compreender e analisar estes processos, os autores propõem a noção de episódio – ou seja, vinculam o estudo da ação a uma trajetória e a sujeitos políticos determinados em seu interior. Essa noção, além do mais, permite considerar o elemento contingente e criativo – e, em alguma medida, a vontade as intenções – como centro da ação política. Dessa maneira, a política do confronto confere dignidade intrínseca à política em sentido amplo, considerando a ação o resultado e insumo da vida humana que invariavelmente edifica e transforma do ambiente coletivo ao longo do tempo.

Em 2008, pouco antes de morrer, Tilly publicou um último livro, *Contentious performance* [Performance do confronto]. Neste, como antes, rejeitou a divisão estreita e consequente fragmentação entre as disciplinas acadêmicas e reapresentou o conceito amplo de *contentious politics*. Além disso, buscou combinar abordagens estatísticas e narrativas que já havia usado antes para mostrar sua abordagem e ênfase naquilo que considerava ser a boa pesquisa sociológica.

Mais uma vez, reforçou a centralidade da ideia de que a ação e os sistemas de política institucional são mutuamente constituídos: que para entender as vazantes e fluxos da ação é preciso enxergá-la, ao menos em parte, como produto das mudanças da política institucionalizada; e vice-versa, que as mudanças na política institucionalizada frequentemente carregam a

marca da ação política (MCADAM; TARROW, 2016, p. 171-172).

Reiterou a importância de, na análise da ação política, não colocar a ênfase apenas naqueles que mobilizam, transformá-los no centro da atenção empírica, prática comum tanto entre os estruturalistas sociais como entre os teóricos do processo político dão centralidade a certos atores como importantes para pensar o confronto, (como a mídia, os contramovimentos, governos estrangeiros etc.) (Ibid., p. 172). A análise da ação precisa levar em conta, com a igual ênfase, nos mobilizáveis, mobilizados e não mobilizados.

A novidade deste último livro – tal como em *Contentious dynamics* – foi a documentação da “variação” nos repertórios e pares de oposição antagonistas. A novidade esteve em que, a partir da reflexão sobre os atentados de 11 de setembro de 2001, Tilly parece se dar conta do surgimento de um tipo de ação política, a qual ele chama por “performática”, que não se atém ao repertório e que age de maneira “bagunçada” (ao estilo de golpes e contra-golpes) em relação aos antagonismos esperados no processo da ação (KLANDERMANS; VAN STEKELENBURG, 2016, p. 190). Essas “variação”, notou, podem se dar entre regimes, dentro de regimes, entre estruturas de oportunidade política, dentro das estruturas de oportunidade política e entre situações estratégicas encaradas por diferentes atores demandantes (Ibid., p. 190). Que novidade poderia estar contida na ideia de ação política como *contentious performance* vislumbrada por Tilly em 2008? Em alguma medida a descoberta dessa modalidade de ação parece se chocar com a política do confronto tal como teorizada e convertida em ferramenta de análise nas décadas anteriores, já que a ideia de variação parece avançar sobre a própria noção de repertório.

As variações observadas por Tilly, por um lado, consolidam uma longa trajetória

de mudanças na sua forma de pensar a ação política, a estrutura e a cultura. Por outro lado, se anunciam como índice do nascimento de um período de grandes transformações no conteúdo e forma da ação política ao redor do mundo, perceptíveis apenas pela análise singular e interacional dos confrontos emergentes. Ou seja, pela análise destes tomados como *performance*.

Muitas das questões colocadas pelo livro de 2008 permaneceram em aberto após a morte de Tilly e seguiram desafiando sociólogos, cientistas políticos e historiadores. Em certo sentido, exatamente como Tilly gostaria, na direção da expansão do contato colaborativo interdisciplinar, capaz de aproximar ainda mais especialistas de diferentes áreas no estudo dos protestos e movimentos sociais. Somado a isso, são questões que propõe como desafio permanente o problema do alcance e limites da teoria e dos conceitos sobre a ação política, os movimentos sociais, as dinâmicas de conservação e mudança. Reflexão que continua a se deparar com os impasses da criatividade nunca previsível da política (ALONSO, 2012, p. 29).

### **Charles Tilly e os estudos recentes da ação política no Brasil**

A recepção dos conceitos e ferramentas analíticas de Tilly entre os pesquisadores brasileiros se deu tardiamente: iniciou somente nos anos 1990 e ganhou fôlego maior nos anos 2000 (BRINGEL, 2012). Num primeiro momento, se deu por meio de artigos com comentários a respeito de sua abordagem sociológica histórica e, mais recentemente, por meio do uso direto de conceitos e ferramentas de pesquisa elaborados por ele. A recepção mais recente parece ligada à ampliação da presença das ideias de Tilly entre os estudiosos dos movimentos sociais, tal como ele mesmo havia intencionado no início dos anos 1990 (TILLY; WOOD, 2008; SEIDL, 2011, p. 178).

A década de 2000 em diante viu florescer, no Brasil, uma leva significativa e diversificada de experiências de ação política em toda a América Latina, tal como as altermundialistas, sindicalistas, feministas, de jovens, indígenas, negras, camponesas etc. Suas dinâmicas políticas variavam, bem como a forma de interpelar o poder público e seus representantes. Com isso, os limites da oposição entre velhos e novos movimentos sociais se tornaram visíveis, bem como se ampliou a disposição para pensar a ação política em perspectiva histórica, processual e institucional (ALONSO, 2009, p. 59)<sup>5</sup>. Não por acaso, no caso brasileiro, as ideias de Tilly foram recepcionadas e mais fortemente discutidas por intelectuais que adotaram a perspectiva histórica<sup>6</sup>, global<sup>7</sup> ou que tomam os ciclos de protestos brasileiros mais contemporâneos como objeto<sup>8</sup>, particularmente aqueles ao redor das manifestações multitudinárias de 2013 nos principais centros do país. Nessas, as possibilidades de uso das ferramentas propostas por Tilly se tornaram mais visíveis: elas inovaram em seu repertório, tiveram seu conteúdo político definido ao longo do ciclo, se utilizaram amplamente da dimensão performática e da comunicação pela internet e em rede (TILLY; WOOD, 2008; ANDRADE, 2015).

Nesse novo momento, os pesquisadores e pesquisadoras emprestaram de Tilly “a centralidade dos conflitos e da mobilização coletiva na ruptura ou reforma” das instituições brasileiras (BATALHA; ARTURI, 2006, p. 471). Noções como “processo” e “ciclo”

passaram a compor um quadro analítico no qual a trajetória de protestos constituía a base da configuração do movimento social, formas de exploração do “terreno do que é ilegal, mas legítimo” (ALONSO, 2013). A relação de extensão entre ação coletiva e organizada, possível pelos conceitos de repertório e performance, encontrou um ambiente bastante fértil na conjugação entre a mudança progressiva na maneira de pensar os movimentos sociais e novos ciclos de protestos que promoveram a reconfiguração ampla da percepção, comunicação e formas de ativismo social no país (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 6; ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

## Conclusão

O objetivo deste artigo foi apresentar algumas das importantes elaborações de Charles Tilly a respeito da ação política. Para tanto, recuperou alguns de seus principais trabalhos sobre o assunto, em particular para evidenciar como sua reflexão sobre este tema se modifica com o tempo, à medida que este autor encontra soluções novas para o problema da relação entre “estrutura” e “agência”. A obra de Tilly – sozinho ou em colaboração com outros – é marcada pelo esforço de construir ferramentas que combinem a pesquisa histórica e em grande escala com o estudo da ação política em sua conjuntura e trajetória específica.

Tomando-o como um crítico permanente do determinismo mecânico, que explica a política a partir de critérios estruturais definidos

5 No Brasil, Tilly é comumente considerado como o principal representante da “teoria do processo político”, ao lado de Sidney Tarrow, sendo que os conceitos de repertório e ciclos de protestos adquirem centralidade. Cf. Alonso (2009) e Toni (2001). Quando olhamos seu trabalho em perspectiva, essa abordagem pode ser melhor notada em seu desenvolvimento, sendo que nos anos 1990 o processo político aparece ao lado da noção nova de “política do confronto” [*contentious politics*], de recorte mais culturalista e mesmo institucional. Cf. Alonso e Guimarães (2004).

6 Ver, especialmente, o trabalho de Alonso (2015).

7 Ver Batalha e Arturi (2006), Bringel (2011), Bringel e Gohn (2012), Campos, Mac Lorin e Canet (2014).

8 Ver Tatagiba (2014, 2011), Abers, Serafim e Tatagiba (2014), Alonso (2013), Pechanski e Moraes (2013), Bringel e Pleyers (2015), Alonso e Mische (2017).

de maneira a-histórica, é possível compreender porque noções como processo, ciclo confronto e performance emergem e se modificam em seus livros. Em particular, a ideia de processo não pode ser apreendida de maneira igual se comparamos seus estudos dos anos 1970 e as formulações dos anos 1990 e 2000 sobre o confronto e a performance.

Outro aspecto instigante do pensamento de Tilly é sua capacidade de intuir ciclos amplos de protesto e transformação da própria ação política, bem como a preocupação crescente de integrar o estudo destes ciclos em uma perspectiva internacional e comparada. Esse intento, expresso em experiências concretas levadas a cabo nos 1990, evidencia as potencialidades de conformação de redes de

estudiosos da ação política. Potencialidades contraditórias, aliás, já que a produção de conhecimento e análise das lutas sociais nunca permanece indiferente a elas.

No caso brasileiro recente, as ferramentas elaboradas por Tilly são incorporadas a um verdadeiro renascimento – ainda em curso – dos estudos sobre ação política e movimentos sociais. Nesse novo momento dos estudos sobre protestos no país, a atenção se volta para o caráter contingente da trajetória da ação, bem como para o processo de elaboração de demandas e a relação com as instituições. Não se trata de definir de maneira substantiva “um novo” em relação a um “velho”, mas de perceber como a novidade e a tradição se encontram, desencontram e interpelam mutuamente.

## Referências

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados* [online], Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ALEXANDER, J. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A., TURNER, J. H. (Org.) *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- \_\_\_\_\_. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.
- \_\_\_\_\_. Novo, mas nem tanto. *Estadão – Aliás*, São Paulo, 30 jun. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/5FS1Xm>>. Acesso em 26 ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. *Flores, votos e balas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALONSO, A.; GUIMARÃES, N. Entrevista com Charles Tilly. *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 289-297, nov. 2004.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, Medford, MA, n. 36, p. 144-159, 2017.
- ANDRADE, F. Notas sobre os confrontos de junho de 2013 no Brasil: causas prováveis, significados em disputa, possibilidades históricas. 235 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2015.

- BATALHA, E.; ARTURI, C. Movimentos sociais transnacionais e reação interestatal: considerações teóricas à luz do Fórum Social Mundial e da cooperação securitária na União Europeia. *Caderno CRH*, Salvador, v. 19, n. 48, p. 461-477, set./dez. 2006.
- BRINGEL, B. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 51-73, 2011.
- \_\_\_\_\_. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.
- BRINGEL, B.; GOHN, M. (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, p. 4-17, out. 2015.
- CALLEJA, E. Charles Tilly and the Analysis of the Historical Dynamic of Political Confrontation. In: FUNES, M. (Ed.). *Regarding Tilly: conflict, power and collective action*. New York: University Press of America, 2016.
- CAMPOS, G. A.; MAC LORIN, C.; CANET, R. Combinando heterogeneidades em espaços globais de mobilização: os casos do Fórum Social Mundial e Globalsquare. *Horizontes Antropológicos*, Rio de Janeiro, v.20, n. 41, p. 233-265, jan./jun. 2014.
- EMIRBAYER, M. Tilly and Bourdieu. *The American Sociologist*, New York, v. 41, n. 4, p. 400-422, dez. 2010.
- EVANS, P.; SKOCPOL, T.; RUESCHEMEYER, D. *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- FUNES, M. Introducing Tilly. In: FUNES, M. (Ed.). *Regarding Tilly. Conflict, power and collective action*. New York: University Press of America, 2016.
- LATORRE-CATALÁN, M.; ROMERO, H. Revolution and counter-revolution. In: FUNES, M. (Ed.). *Regarding Tilly. Conflict, power and collective action*. New York: University Press of America, 2016.
- KLANDERMANS, B.; VAN STEKELENBURG, J. Contentious performances. In: FUNES, M. (Ed.). *Regarding Tilly. Conflict, power and collective action*. New York: University Press of America, 2016.
- KOLLER, A. Introduction to the special issue on the Legacy of Charles Tilly: framework and range of Tilly's later work. *The American Sociologist*, New York, v. 41, n. 4, p. 308-311, dez. 2010.
- MCADAM, D.; TARROW, S. Social movements, elections and contentious politics. In: FUNES, M. (Ed.). *Regarding Tilly. Conflict, power and collective action*. New York: University Press of America, 2016.
- MONSMA, K. Charles Tilly, a sociologia histórica e a formação do Estado nacional. In: Tilly, C. *Coerção, capital e os Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

- PECHANSKI, J. A.; MORAES, R. Os protestos de junho e a agenda propositiva: um argumento teórico. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 111-124, jul./dez. 2013.
- SEIDL, E. (Re)pensar os movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n.75, p. 178-181, 2011.
- SEWELL JR. W. EARLY TILLY: The Vendée and Historical Social Science. In: CONTENTION, CHANGE, AND EXPLANATION: A CONFERENCE IN HONOR OF CHARLES TILLY, 2008, New York. *Proceedings...* New York: The Social Science Research Council, 2008. p. 1-8.
- STEINMETZ, G. Charles Tilly, German Historicism and the Critical Realist Philosophy of Science. *The American Sociologist*, New York, v. 41, n. 4, p. 312-336, dez. 2010.
- TATAGIBA, L. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo In: PIRES, R. R. C. (Org.). *A efetividade das instituições participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação*. Brasília, DF: Ipea, 2011.
- \_\_\_\_\_. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 25-62, set./dez. 2014.
- TILLY, C. \_\_\_\_\_. *The Vendée*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.
- \_\_\_\_\_. *From mobilization to Revolution*. New York: Random House, 1978.
- \_\_\_\_\_. *The Vendée and rural rebellion*. *CRSO Working Paper*, Ann Arbor, n. 122, set. 1975.
- \_\_\_\_\_. *Coerção, Capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- \_\_\_\_\_. *European Revolutions (1492-1992)*. Cambridge: Blackwell, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Popular contention in Great Britain (1758-1834)*. New York: Routledge, 2016.
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-49, 2009.
- TILLY, C. WOOD, L. J. *Los movimientos sociales, 1768-2008, desde sus orígenes a Facebook*. Barcelona: Critica, 2008.
- TONI, F. Novos rumos e Possibilidades para os estudos dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 52, p. 79-104, 2001.

## Resumo

*A ação política no pensamento de Charles Tilly: estrutura, processo, confronto e performance*

Este artigo busca oferecer uma introdução bibliográfica sintética ao público brasileiro das importantes contribuições teóricas e metodológicas de Charles Tilly para o estudo da ação política. Para tanto, propõe-se uma leitura da produção deste autor a partir de quatro grandes temas – estrutura, processo, confronto e performance – desenvolvidos ao longo de décadas de pesquisa e de reflexão teórica. Nesse sentido, ainda, o artigo visa discutir as implicações de cada um para o estudo e prática de pesquisa sobre as diversas formas de ação. Por fim, discute brevemente a presença recente das ferramentas analíticas de Tilly entre cientistas sociais no Brasil.

**Palavras-chave:** Ação Política; Estrutura Social; Movimentos Sociais; Processo Político; Política do Confronto; Performance.

## Abstract

*Political action in Charles Tilly's thoughts: structure, process, contention and performance*

In this article we seek to offer a synthetic bibliographical introduction to Brazilian scholars on important theoretical and methodological contributions of Charles Tilly about the study of political action. For this purpose, we divided this author's production into major moments of elaboration on the theme (such as structure, process, contention and performance), which was developed over decades of research and theoretical reflection. In this sense, we also aimed to discuss the implications of each division for research on the various forms of action's study and practice. Finally, we briefly discussed the recent presence of Tilly's analytical tools among social scientists in Brazil.

**Keywords:** Political Action; Social Structure; Social Movements; Political Process; Politics of Contention; Performance.

## Résumé

*L'action politique dans la pensée de Charles Tilly: structure, processus, confrontation et performance*

Cet article vise à offrir une introduction bibliographique synthétique au public brésilien sur les importantes contributions théoriques et méthodologiques de Charles Tilly aux études de l'action politique. Pour ce faire, on propose la production de cet auteur comme divisée en grands moments d'élaboration sur le thème (comme la structure, le processus, la confrontation et la performance), développés au cours de décennies de recherche et de réflexion théorique. En ce sens, l'article vise également à discuter des implications de chacun pour l'étude et la pratique de la recherche sur les différentes formes d'action. Enfin, on discute brièvement de la présence récente des outils d'analyse de Tilly parmi les chercheurs en sciences sociales au Brésil.

**Mots-clés :** Action Politique ; Structure Sociale ; Mouvements Sociaux ; Processus Politique ; Politique de Confrontation ; Performance.

